

A NOVA ORDEM ECONÓMICA TEM DE COMEÇAR DE DENTRO

- Presidente Samora Machel no encerramento da última Sessão Alargada do Conselho de Ministros que analisou o plano estatal central para 1981

No encerramento da última Sessão Alargada do Conselho de Ministros que aprovou o Plano Estatal Central para 1981, a ser submetido à Assembleia Popular, o Presidente Samora Machel fez a seguinte intervenção:

Reunimo-nos em sessão alargada do Conselho de Ministros para analisarmos o Plano Estatal Central para 1981.

Para esta sessão do Conselho de Ministros convidámos: Vice - Ministros, Governadores Provinciais, Secretários de Estado, Secretários-Gerais, Directores Nacionais, Directores Provinciais, alguns Directores de empresas e outros quadros do Aparelho de Estado.

O Plano Estatal Central para 1981 resultou de um trabalho árduo, de um trabalho que exigiu centenas de reuniões, de discussões, de análises profundas.

O Plano Estatal Central para 1981 engajou, na sua elaboração centenas de trabalhadores dos vários sectores de actividade económica, a nível central e a nível provincial.

Ele traduz avanços em qualidade e coerência em relação aos planos dos anos anteriores.

Ele demonstra que estamos a avançar na via correcta do desenvolvimento socialista, que não pode ser feito sem planificação científica.

Queremos, portanto, saudar todos aqueles que participaram na elaboração do Plano e, em particular, os trabalhadores da Comissão Nacional do Plano.

Analisámos o Plano Estatal Central para 1981. Para o analisarmos tivemos que verificar, em primeiro lugar, qual o grau de cumprimento das metas traçadas no Plano de 1980.

Tivemos que verificar em que sectores cumprimos as metas indicadas, e quais as cau-

sas do não cumprimento dessas metas.

O que constatámos?

Em 1980, avançamos relativamente a 1979. Avançamos, mas esse avanço não corresponde àquilo que planificámos.

Quer dizer, este avanço não corresponde às exigências da elevação significativa do bem-estar material, social, cultural do nosso Povo.

Este avanço não corresponde ao esforço que é necessário realizar para fazer desta década a Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento.

Em síntese, avançamos mas devemos estar conscientes de que NÃO CUMPRIMOS O PLANO na sua globalidade.

Na maior parte dos sectores que contribuem para a elevação do bem-estar material do Povo não cumprimos com as metas planificadas.

Isto reflecte-se nas exportações, isto reflecte-se no abastecimento do Povo.

Esta foi a realidade que aqui constatámos. Realidade que nos obriga a redobrar de esforços para sermos capazes de cumprir os objectivos definidos no Plano Estatal Central para 1981, para sermos capazes de alcançar e ultrapassar as metas traçadas e de alcançar e ultrapassar os níveis de crescimento planificados para cada sector.

O Plano Estatal Central para 1981, que acabámos de analisar, concentra a sua atenção fundamentalmente em dois sectores:

— a área estratégica das exportações

— a área estratégica do abastecimento do Povo.

Queremos aumentar significativamente as nossas exportações para conseguirmos as divisas necessárias à realização dos grandes projectos que materializarão os nossos objectivos na presente década.

Queremos liquidar a fome no nosso País com base na produção nacional.

É preciso que a todos os níveis cada dirigente conheça o seu papel, a sua tarefa no cumprimento destes objectivos.

Que cada dirigente conheça na sua Província, Distrito e Localidade os produtos estratégicos e as respectivas metas.

Que cada dirigente controle, exija e verifique o cumprimento das metas definidas pelo Plano.

Que cada dirigente seja efectivamente um combatente determinado na guerra que desencadeámos contra o maior inimigo do nosso Povo: a FOME.

O nosso Povo tem confiança no Partido, é um Povo generoso, é um Povo trabalhador.

Ele é a força decisiva. É ele que irá implementar as decisões tomadas.

No Plano Estatal Central para 1981 há uma grande faixa da vida económica, social e cultural do Povo que não foi planificada.

Não o fizemos porque ainda não temos o conhecimento suficiente das capacidades e dos recursos de que dispomos. Mas é nesta larga faixa não planificada que se encontra a maior parte da grande riqueza que é o Povo.

É nas Aldeias Comunais, nas Cooperativas, é no sector familiar que se encontra a grande maioria do nosso Povo. A actividade económica que envolve este estrato é tratada nos programas territoriais. Devemos dar particular atenção a estes sectores, dirigir também para eles os nossos esforços de organização, de mobilização popular de apoio para aumento da produção.

É ela que devemos desencadear e pôr ao serviço do desenvolvimento do País a grande capacidade de realização do Povo com base nos recursos de que dispomos em cada distrito, em cada Aldeia Comunal, em cada cooperativa, em cada machamba.

Mas ainda não fomos capazes de aplicar em toda a sua dimensão as palavras de ordem de que «A agricultura é a base do nosso desenvolvimento», de que «as Aldeias Comunais são a coluna vertebral do desenvolvimento no campo», de que a nossa libertação económica deve basear-se na aplicação do princípio de «contar primeiro com as nossas próprias forças».

Muitas das nossas dificuldades podem ser resolvidas através de soluções populares, fazendo recurso a técnicas simples, quer na agricultura, quer na pecuária, e noutros sectores de actividades.

Falamos de problemas de inflação mundial. Fala-se, a nível internacional, de Nova

Ordem Económica internacional.

A Nova Ordem Económica tem de começar de dentro.

Ainda vivemos uma fase de desenvolvimento em que a planificação do abastecimento do Povo se faz na base das importações de certos produtos alimentares, em particular alguns cereais, como o milho, arroz, trigo.

Centramos os nossos esforços na planificação das exportações para cobrir as nossas importações.

Mas devíamos partir da planificação da nossa produção com o objectivo de obter excedentes para exportação.

Além dos produtos alimentares que importamos, — milho, arroz, trigo — o nosso País pode produzir uma grande variedade de outros produtos alimentares, que desempenham um papel fundamental na guerra contra a fome.

Não ouvimos falar de batata-doce, feijão, inhambu, grã-de-bico, ervilha, cenoura, couve, repolho, abóbora, pepino, alface.

Não ouvimos falar destes produtos que são base de uma correcta dieta alimentar.

Vamos desencadear uma campanha de diversificação da produção agrícola.

Vamos eliminar a mentalidade de subdesenvolvido que faz da farinha do milho, do arroz, da mandioca, o único horizonte alimentar do seu estômago.

Ao fazermos esta campanha, que será uma acção contínua e permanente, diminuiremos gradualmente o peso das importações de certos produtos alimentares, e estaremos fundamentalmente a criar o homem física e mentalmente mais saudável, o homem liberto do fatalismo da tradição.

Ao falarmos da produção da carne referimos o gado bovino e um porco, o gado suíno.

Não damos a devida importância à produção de ovelhas, cabritos, coelhos, patos, galinhas, perús etc.

A criação de gado bovino precisa de tempo. Criemos as pequenas espécies, enquanto o boi cresce.

Nesta campanha de diversificação da dieta alimentar dirigida pelo Partido, Ministros, Governadores, Directores Nacionais, Directores Provinciais, Administradores Distritais e de Localidade e outros responsáveis, deputados, membros da OMM, OJM, Conselho de Produção, estarão engajados.

Daremos tarefas aos sectores produtivos das Aldeias Comunais, às Cooperativas, às fábricas, às empresas.

Esta campanha reforçará a aliança operário-camponesa.

Diversificar a dieta alimentar significa também falar da pesca. Não só no mar, mas também nos lagos, nos rios, nas lagoas, tão abundantes do nosso País.

Deve ser desenvolvida a pesca nas águas interiores.

Continuamos a verificar dificuldades na comercialização da produção agrícola do

camponeses, em particular do sector familiar.

É necessário estabelecer mecanismos para captar os excedentes deste sector em troca de bens de consumo e meios de produção. A nível das províncias, dos distritos, das localidades, devem ser organizadas (Feiras) agrícolas, comerciais e pecuárias, onde os camponeses possam fazer a troca dos seus produtos por bens de que necessitam.

Este mecanismo, correctamente utilizado, permitirá captar excedentes de produção e, ao mesmo tempo, incentivará os camponeses a aumentar a produção.

Na análise do cumprimento do Plano de 1980, constatámos dificuldades que não são apenas de gestão e de organização.

São dificuldades que resultam da falta de conhecimentos técnicos e científicos.

Os nossos conhecimentos técnicos-científicos devem acompanhar as exigências actuais do nosso desenvolvimento.

A batalha económica exige quadros.

Devemos utilizar todas as possibilidades ao nosso alcance para formar quadros.

Quadros capazes de enquadrar e incentivar de soluções populares, quadros capazes de aplicar e difundir pequenas técnicas.

Quadros que devemos formar rapidamente por meio de pequenos cursos.

Temos que os recrutar nas Províncias, nos Distritos, nas Aldeias Comuns, nas Cooperativas, nas Fábricas.

Vimos hoje que temos um grande campo, um grande potencial de recrutamento nos alunos que terminaram a 4.ª classe.

Devemos dar-lhes cursos rápidos, ensinar-lhes como tratar o chá, o tabaco, como fazer hortas, como fazer represas, como criar animais de pequenas espécies, como fazer a reparação e a manutenção de um tractor, de uma bomba de água...

Este esforço de formação do camponês e do operário deve ser feito ao mesmo tempo que avançamos para as grandes projectos.

Neste esforço de formação, devemos utilizar todas as oportunidades.

Quando uma fábrica pára, quando uma linha de produção é obrigada a paralisar, quando formos obrigados a diminuir o ritmo de produção, devemos ganhar esses tempos mortos introduzindo pequenos cursos de formação dos trabalhadores.

Estes cursos são tarefa obrigatória.

O Comité Político Permanente do Comité Central do Partido debruçou-se sobre a questão fundamental que é a formação de quadros.

Decidiu estabelecer critérios claros quanto à distribuição dos alunos que terminam a 6.ª e a 9.ª classes, para atender às necessidades do desenvolvimento do País.

Eles devem ser afectados prioritariamente em cursos tais como:

1. — Veterinária — Para se especializarem em: Gado suíno, gado bovino, gado caprino,

avicultura, coelhos e outros.

2. — Agronomia — Como especialistas de milho, trigo, arroz, batata, vegetais, fruta.

3 — Economia

4 — Engenharia

5 — Química

6 — Biologia

7 — Geologia

8 — Arquitectura

9 — Florestas.

O Comité Político Permanente decidiu que devem ser limitados os ingressos para cursos como Direito, História e Filologia.

A nossa guerra é contra a fome. Decidimos matar a fome. Esta é a nossa prioridade.

A tarefa principal é a libertação económica. Para isso, precisamos de quadros.

Mas sem a Defesa e Segurança da economia, o Plano não poderá ser cumprido.

Por isso, quadros serão afectados nas tarefas da Defesa e Segurança.

A apresentação feita pela Comissão Nacional do Plano permitiu verificar que ainda há muita irresponsabilidade, muita indisciplina, falta de controle.

Existe madeira, algodão, chá, copra e sisal a apodrecer, à espera de escoamento, na valor de 1 milhão de contos em divisas.

A Ofensiva Política e Organizacional que desencadeámos detectou as causas desta situação e mostrou-nos como resolver muitos problemas. Devemos sublinhar mais uma vez que a Ofensiva tem carácter permanente. Devemos decididamente continuar a guerra declarada contra o inimigo interno, contra os que praticam a incúria, o desleixo, a incompetência, a irresponsabilidade, a indisciplina, o roubo, a corrupção, contra os faltosos, os negligentes, os bêbados, contra os sabotadores.

Aprovámos o projecto do Plano Estatal Central para 1981, o primeiro Plano da Década.

O Plano será ainda submetido à Assembleia Popular.

Aprovado o Plano, ele tem que ser assumido e aplicado obrigatoriamente. No socialismo, o Plano tem sempre carácter imperativo. Quem vai realizar o Plano? São os operários, os camponeses, os trabalhadores em geral.

Portanto, a nossa primeira tarefa é dar a conhecer e divulgar amplamente o Plano nas fábricas, nas empresas agrícolas, nas cooperativas, em todos os sectores responsáveis pela sua implementação.

O cumprimento do Plano exige disciplina, exige compensação das tarefas, responsabilização, controle e prestação de contas. Quando isto não existe, os Planos não passam de ideias.

Os responsáveis, a todos os níveis, devem estabelecer os mecanismos necessários de verificação e acompanhamento do cumprimento das metas traçadas.

É a eles que iremos exigir prestação de

contas.

Os problemas que o Plano Estatal Central para 1981 põe são os nossos problemas, os problemas que hoje enfrentamos.

É necessário, desde já, assumir os princípios e as orientações nele traçadas, de modo a garantir o seu cumprimento no próximo ano.

Façamos do Plano Estatal Central para 1981 o nosso primeiro passo seguro na Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento.

A LUTA CONTINUA

(De: "Notícias", Maputo, 1980-12-13)